



CIDADE DE
CARAPICUÍBA

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO

Data Inscrição:
03/02/2023 11:31:56

Protocolo de Cadastro:
20230203113156778376

Local de Inscrição:
Residência

Escolas Pretendida:

1º Opção : EMEI IVANI TORTOLERO PIERINI (PRÉ) Bairro : Jardim Planalto

2º Opção : EMEI IVANI TORTOLERO PIERINI (PRÉ) Bairro : Jardim Planalto

3º Opção : EMEI IVANI TORTOLERO PIERINI (PRÉ) Bairro : Planalto

Nome Aluno:
Heitor Brandão Rocha

Data Nascimento:
12/05/2018

Sexo:
Masculino

Cor:
Parda

Nível:
PRÉ I

Nacionalidade:
Brasileiro

Nome do Reponsável:
Monique Ferreira Brandão

Data de nascimento do responsável:
04/07/1986

Participa de Bolsa Família :
Não

Mobilidade Reduzida:
Não

Necessidade Educacional especial:
Não

Endereço:
Avenida Inocêncio Seráfico, 3454 Vila Silva Ribeiro, Carapicuíba -SP

Celular:
(11) 96628-5859

Telefone:
(11) 97839-2929

Município de Nascimento:
Manaus

Estado de Nascimento:
AM

Numero ceridão de Nascimento:
004192 01 55 2018 1 00229 089 0135927 30

Termo de veracidade do cadastro

PORTARIA Nº 2.246, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021

...

Art. 3º A matrícula das crianças inscritas no sistema de gerenciamento de vagas, dar-se-á por meio de classificação, seguindo ordem cronológica de inscrição, considerando a combinação dos seguintes critérios:

I - FASE I (CRECHE):

- a) criança com deficiência física, intelectual, sensorial, múltiplas deficiências e/ou outras síndromes atestadas por laudo;
 - b) criança em situação de vulnerabilidade social comprovada por laudo e/ou relatório de acompanhamento de órgão responsável, boletim de ocorrência e exame de corpo de delito nos casos em que se fizer necessário;
 - c) criança sob medida judicial junto a Vara da Infância e da Juventude;
- II - FASE II (PRÉ-ESCOLA):
- a) criança com deficiência física, intelectual, sensorial, múltiplas deficiências e/ou outras síndromes atestadas por laudo;
 - b) criança em situação de vulnerabilidade social comprovada por laudo e/ou relatório de acompanhamento de órgão responsável, boletim de ocorrência e exame de corpo de delito nos casos em que se fizer necessário;

- c) criança sob medida judicial junto a Vara da Infância e da Juventude.

Parágrafo único. Quando houver recusa da matrícula pelos pais ou responsáveis da vaga disponibilizada, caberá a Secretaria Municipal de Educação registrar a ocorrência e incluir a criança no final da listagem como desistente.

...

§1º Os prazos para a efetivação da matrícula serão os seguintes:

I - FASE I (CRECHE): os pais ou responsáveis terão 2 (dois) dias úteis para efetivar a matrícula, após o contato da Central de Vagas. O não comparecimento no prazo para a efetivação da vaga caracterizará a desistência da vaga.

II - FASE II (PRÉ-ESCOLA): os pais ou responsáveis terão 2 (dois) dias úteis para efetivar a matrícula, após o contato da Central de Vagas. O não comparecimento no prazo para a efetivação da vaga caracterizará a desistência da vaga.

...

Art. 5º A matrícula será cancelada nas seguintes situações:

- I - por solicitação expressa dos pais ou do responsável legal da criança;

- II - após 15 (quinze) dias de faltas consecutivas, sem justificativa, esgotadas e devidamente registradas, todas as possibilidades de contato com a família.

Art. 6º O processo de transferência ocorrerá da seguinte forma:

I - FASE I (CRECHE):

a) o processo de transferência entre unidades do Município dar-se-á após 6 meses da data da contemplação, mediante disponibilidade de vaga e respeitando a ordem cronológica da data de resgate da inscrição (Reclassificação);

b) a classificação será de acordo com a data de inscrição para a primeira opção (escola), feita pelos responsáveis. Caso o responsável decline e opte pela 2ª ou 3ª opção indicada na inscrição, a criança será classificada de acordo com a data da referida solicitação.

- c) não existe garantia de vaga para transferência de outros Municípios ou Estados.
- II - FASE II (PRÉ-ESCOLA):

a) transferência de outro Município ou Estado, comprovadas, terão prioridade de atendimento, seguidas pelas transferências entre unidades do Município de Carapicuíba, mediante disponibilidade de vagas;

- b) após a 1ª (primeira) solicitação de transferência atendida, uma nova solicitação poderá ser efetivada somente após um período de 6 meses;

Parágrafo único. Casos excepcionais serão analisados e poderão ou não ser atendidos, de acordo com a disponibilidade do Município.

Art. 7º Atendimento, transferência e informações sobre a vida escolar do aluno, somente serão prestadas aos pais ou responsável legal da criança, salvo solicitações por meio de ofícios de Órgãos Públicos.